

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 513.055 - SP (2019/0156448-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CAROLINA COSTA FIÃES BICALHO - RJ162569
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PEDRO JOSE COSTA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. VALORAÇÃO NEGATIVA DA PERSONALIDADE E DA CONDUTA SOCIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 444 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO. Ordem concedida nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Pedro José Costa** apontando-se como autoridade coatora a Sexta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação Criminal n. 0049033-78.2014.8.26.0224).

Narram os autos que o Juízo da 4ª Vara Criminal da comarca de Guarulhos/SP condenou o paciente a 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 14 dias-multa, em razão da prática do crime de roubo circunstanciado. À apelação criminal interposta pela defesa o Tribunal *a quo* negou provimento.

Daí o presente *mandamus*, em que a Defensoria Pública alega ilegalidade na dosimetria.

Destaca que ação penal em andamento não pode ser usada para majorar a pena-base (personalidade, antecedentes e conduta social) sob pena de violação da Súmula 444 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer a concessão da ordem para redimensionar a pena, afastando-se a majoração da pena-base.

Não houve pedido liminar.

Prestadas as informações de praxe, o Ministério Público Federal opinou pela não admissão do *writ*, mas pela concessão da ordem de ofício (fls. 123/130).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Da atenta análise dos autos, observo que o *writ* comporta a concessão da ordem.

No tocante ao aumento da pena-base, observa-se da sentença que duas circunstâncias judiciais foram valoradas negativamente, a saber, personalidade e conduta social, elevando a pena em 1/6 (8 meses). Contudo, ao se referir a essas circunstâncias, o Magistrado de piso fez menção à folha de antecedentes do réu. Vejamos, no ponto, o que consta da sentença (fl. 17– grifo nosso): *Bem sopesados os elementos norteadores do art. 59, do Código Penal, fixo a pena base 1/6 acima do mínimo penal, consistente em 04 anos e 08 meses de reclusão e 11 dias-multa, ante a conduta social desajustada e personalidade do agente, corroboradas pela **folha de antecedentes e condenação anterior**.*

Sobre essa questão, disse o Tribunal de Justiça que *o aumento exercitado na primeira fase foi bem fundamentado e não merece reparo* (fl. 55).

Contudo, o entendimento dominante deste Superior Tribunal, consolidado na Súmula 444, é de que *é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base*.

Assim, observo ausência de fundamentação idônea para justificar a exasperação da pena-base quanto à personalidade e à conduta social, devendo, portanto, essas circunstâncias ser afastadas do cálculo da pena, pois a condenação indicada pelo Juiz singular ainda não transitou em julgado (fls. 119/120).

Com razão o Ministério Público Federal quando, em seu parecer, destacou que, *de fato, há incidência, no caso, quanto a isso, do óbice da Súmula 444 desse STJ, no sentido de que é vedado a utilização de ações penais em curso para agravar a pena-base* (fl. 126).

Com essas considerações, passo a redimensionar a pena do paciente.

Fica a pena-base fixada em **4 anos** de reclusão e 10 dias-multa. Ausentes circunstâncias atenuantes e agravantes, fica a pena intermediária mantida em 4 anos de

Superior Tribunal de Justiça

reclusão e 10 dias-multa. Na terceira fase, incide o aumento de 1/3 em razão da causa de aumento referente ao concurso de agentes, elevando a pena para 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, a qual torno definitiva.

Ante o exposto, **concedo** a ordem para afastar a valoração negativa das circunstâncias judiciais da personalidade do agente e da conduta social e redimensionar a pena, referente à Ação Penal n. 0049033-78.2014.8.26.0224, para 5 anos e 4 meses de reclusão, e 13 dias-multa, mantido, no mais, o acórdão impugnado.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

